



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 201/XII/ 3.ª SL

Aos 04 dias do mês de junho de 2014, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Economia e Obras Públicas, na sala 9 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação da ata n.º 200/XII, relativa à reunião de 28 de maio de 2014
2. Apreciação e votação do requerimento do PSD/CDS-PP para audição do Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações sobre a privatização da ANA
3. Apreciação e votação do requerimento do PS para audição de um conjunto de entidades sobre a privatização da ANA
4. Apreciação e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 201/XII/3.ª (GOV) – Procede à quarta alteração à Lei n.º 24/96; de 31 de julho, que estabelece o regime legal aplicável à defesa dos consumidores, transpondo parcialmente a Diretiva n.º 2011/83/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro de 2011, relativa aos direitos dos consumidores.
5. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 1028/XII/3.ª (PCP) – Recomenda ao Governo a criação da Administração dos Portos do Algarve, integrando todos os portos comerciais, de pesca e de recreio da região algarvia
6. Apreciação e votação do parecer na generalidade sobre o Projeto de Lei n.º 511/XII/3.ª (BE) – “Suspensão imediata das obras da barragem de Foz Tua”
- Relator: Deputado Bruno Coimbra (PSD)
7. Apreciação e votação do parecer sobre o RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO - Qualidade da gasolina e do combustível para motores diesel utilizados no transporte rodoviário na União Europeia: Décimo primeiro relatório anual (Ano de 2012) [COM(2014)127]



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 201/XII/ 3.ª SL

- Relatora: Deputada Carina Oliveira (PSD)

8. Apreciação e votação do parecer sobre o RELATÓRIO DA COMISSÃO AO CONSELHO EUROPEU – Relatório sobre as Barreiras ao Comércio e ao Investimento de 2014 [COM(2014)153]

- Relator: Deputado Bruno Dias (PCP)

9. Apreciação e votação do parecer sobre o RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre a situação do mercado do transporte [COM(2014)222]

- Relatora: Deputada Carina Oliveira (PSD)

10. Apreciação e votação do parecer sobre a COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO CONSELHO E AO PARLAMENTO EUROPEU sobre o financiamento a longo prazo da economia europeia [*follow up* da COM(2013)150] – [COM(2014)168]

- Relator: Deputado Paulo Ribeiro de Campos (PS)

11. Apreciação e votação do parecer sobre a COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES – Aproveitar o potencial do financiamento coletivo (*crowdfunding*) na União Europeia [COM(2014)172]

- Relator: Deputado Rui Pedro Duarte (PS)

12. Outros assuntos

1. Apreciação e votação da ata n.º 200/XII, relativa à reunião de 28 de maio de 2014



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 201/XII/ 3.ª SL

Iniciada a reunião, o Senhor Presidente submeteu à votação a ata n.º 200/XI/3.ª, relativa à reunião de 28 de maio de 2014, a qual foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

2. Apreciação e votação do requerimento do PSD/CDS-PP para audição do Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações sobre a privatização da ANA

O Senhor Deputado Luís Menezes (PSD) apresentou de forma sucinta o requerimento para audição do Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações sobre a privatização da ANA, que surge na sequência do requerimento potestativo do PS para audição da Comissão de Acompanhamento daquela privatização.

Usou da palavra o Senhor Deputado Fernando Serrasqueiro (PS), que lembrou que na reunião anterior o seu grupo parlamentar tinha solicitado o adiamento da apreciação e votação deste requerimento para que pudesse ser discutido em conjunto com o do PS. Defendeu um debate mais alargado sobre esta matéria, expressou concordância com a audição do Secretário de Estado e, considerando que o PS apresenta um requerimento para audição de mais entidades, manifestou total abertura para audição de outras entidades que seja entendido pertinente.

Por sua vez, o Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS) relembrou que o PS tinha apresentado, antes do requerimento potestativo, um outro requerimento no qual solicitava a audição da Comissão de Acompanhamento da Privatização da ANA e do Secretário de Estado, o qual foi rejeitado pela maioria, e congratulou-se com o facto de o PSD e o CDS-PP terem mudado de opinião quanto à necessidade de audição do Secretário de Estado.

Esclareceu o Senhor Deputado Luís Menezes (PSD) que a razão pela qual tinham rejeitado o requerimento anterior do PS tinha a ver com o facto de, nessa altura, terem considerado essa audição extemporânea. Agora, tendo em consideração a utilização de um direito potestativo por parte do PS para a audição da Comissão de



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 201/XII/ 3.ª SL

Acompanhamento, o PSD entende que, apesar de estar esclarecido sobre esta privatização, o Senhor Secretário de Estado deveria poder vir explicar a posição do Governo nesta matéria.

Submetido o requerimento à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PCP, BE e PEV.

3. Apreciação e votação do requerimento do PS para audição de um conjunto de entidades sobre a privatização da ANA

Antes de dar a palavra ao Senhor Deputado Fernando Serrasqueiro (PS), o Senhor Presidente lembrou que tinha dado entretanto entrada um requerimento do PCP, para audição das organizações representativas dos trabalhadores da ANA a propósito desta matéria, e que se houvesse consenso poderia o mesmo ser apreciado e votado neste ponto da ordem do dia. Não se registou oposição de nenhum dos grupos parlamentares.

O Senhor Deputado Fernando Serrasqueiro (PS) apresentou o requerimento do PS, destacando a necessidade de audição da Associação das Companhias Aéreas, devido ao aumento das tarifas que se tem verificado, e da Autoridade da Concorrência, para apreciação das questões da concorrência e regulação nesta matéria. Concluiu, defendendo a apreciação deste processo nas suas várias óticas e reiterando a disponibilidade para ouvir outras entidades.

Pelo Senhor Deputado Hélder Amaral (CDS-PP) foi afirmado que o seu grupo parlamentar manteria total coerência com posições já assumidas, pelo que, tendo em conta que a matéria estava suficientemente debatida, não via interesse nem utilidade em ouvir mais entidades para além das já previstas e aprovadas. Se depois das audições realizadas o seu grupo parlamentar não ficar esclarecido, ponderará a possibilidade de solicitar a realização de outras audições.

O Senhor Deputado Luís Menezes (PSD) corroborou a posição do orador antecedente e concluiu, afirmando que se os requerimentos em apreciação fossem retirados seriam



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 201/XII/ 3.ª SL

apreciados e votados em devido tempo; se fossem votados de imediato, o seu grupo parlamentar votaria contra.

Finalmente, o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) apresentou sucintamente o requerimento do PCP e expressou concordância com todas as audições propostas.

Antes de se realizar a votação, o Senhor Deputado Gabriel Côrte-Real Goucha (PSD) declarou que não tinha participado na discussão nem participaria nas votações destes requerimentos por razões de conflito de interesses.

Submetido o requerimento do PS a votação, foi o mesmo rejeitado, com votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PS e do PCP.

O requerimento do PCP foi também submetido a votação, tendo sido rejeitado, com votos contra do PSD e CDS-PP e votos a favor do PS e do PCP.

4. Apreciação e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 201/XII/3.ª (GOV) – Procede à quarta alteração à Lei n.º 24/96; de 31 de julho, que estabelece o regime legal aplicável à defesa dos consumidores, transpondo parcialmente a Diretiva n.º 2011/83/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro de 2011, relativa aos direitos dos consumidores.

A discussão e votação na especialidade desta iniciativa legislativa decorreu nos termos do [relatório de votações](#) disponível na Internet, na página da iniciativa.

5. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 1028/XII/3.ª (PCP) – Recomenda ao Governo a criação da Administração dos Portos do Algarve, integrando todos os portos comerciais, de pesca e de recreio da região algarvia

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) apresentou o projeto de resolução em apreciação, lembrando a reorganização dos portos portugueses que tinha sido



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 201/XII/ 3.ª SL

operada, com a criação de cinco administrações portuárias e de institutos portuários, para os portos secundários, mantendo-se a autonomia destes. Em 2002, afirmou, foi feita uma inflexão nesta política, com a criação do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos (IPTM) e a inclusão, nesta estrutura, dos portos secundários, que perderam assim autonomia. Em 2009 registou-se uma nova inflexão de política, com criação de administrações portuárias nos portos secundários. Em 2013, o IPTM foi extinto e os portos algarvios ficaram sem tutela e o Governo fragmentou as valências portuárias do Algarve, situação que não tem paralelo em nenhuma outra região do país. Como consequência, verificou-se um abandono do investimento nos portos algarvios. Recordou ainda que em março de 2013 o PCP tinha apresentado um projeto de resolução recomendando a criação da administração portuária do Algarve, o qual foi rejeitado. Pouco tempo depois, verificou-se a convergência de todos os grupos parlamentares, no sentido de se fazer uma discussão pública sobre esta matéria. Ainda em julho de 2013 o PCP dirigiu uma pergunta ao Governo sobre qual seria a estratégia para a discussão pública, mas o Governo respondeu que estava em preparação legislação sobre as valências portuárias da região, pelo que a discussão pública nunca se realizou. Concluiu, afirmando que a lacuna criada pelo legislador, ao não criar a administração portuária do Algarve, prejudica toda a região, pelo que o PCP solicita que seja criada para o Algarve uma estrutura com o mesmo formato da que existe no resto do país para administração dos portos da região.

Usaram da palavra os Senhores Deputados Adriano Rafael Moreira (PSD), Ana Paula Vitorino (PS) e João Paulo Viegas (CDS-PP).

Pelo Senhor Deputado Adriano Rafael Moreira (PSD) foi afirmado que, apesar de não concordar com a fundamentação e conclusão deste diploma, o mesmo tem um destaque positivo, que é o facto de esta ser uma das áreas mais importantes do país. Afirmou que no projeto de resolução havia uma mistura de vários conceitos e que deve ter-se em conta que o setor portuário não tem uma realidade única, havendo portos de mercadorias, de passageiros, de pescas e de recreio, alguns com uma plataforma logística e outros não, com diferentes realidades em termos de ligações rodoferroviárias. Em seu entender, também se misturaram conceitos entre administrações portuárias, entidades reguladoras e entidades gestoras. Defendeu uma



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 201/XII/ 3.ª SL

abordagem do tema com base numa lógica nacional, começando ao nível da regulação e passando depois ao nível das administrações. Concluiu defendendo uma visão global com interesses centralizados, sem pôr nunca em causa os interesses e gestão local.

A Senhora Deputada Ana Paula Vitorino (PS) sublinhou o mérito do PCP em trazer mais uma vez à discussão um assunto tão importante. Considerou importante ponderar a transferência para a tutela da Docapesca de algumas destas instalações portuárias e lembrou, a este propósito, uma audição realizada na Comissão de Agricultura e Mar sobre esta matéria. Referiu também a tendência europeia de forte participação autárquica na gestão e tutela destas estruturas, existindo cada vez menos um modelo em que essa competência é do Estado. Concluiu, afirmando que o seu grupo parlamentar iria votar a favor deste projeto de resolução e lamentando que não tivesse havido um debate participado e intenso a nível local.

Por sua vez, o Senhor Deputado João Paulo Viegas (CDS-PP) referiu que a análise desta questão deve ter em conta as alterações que foram introduzidas e as soluções que foram encontradas. Referiu estarem previstos investimentos para muitos portos no Algarve e lembrou as audições realizadas pela Comissão de Agricultura e Mar sobre esta matéria. Realçou ainda o facto de se permitir a gestão de uma estrutura integrada e discordou da ideia de que esta é uma situação existente apenas no Algarve, tendo lembrado que a Docapesca gere um vasto conjunto de infraestruturas portuárias no país. Concluiu, afirmando que o seu grupo parlamentar não acompanhava o projeto de resolução em discussão.

Concluiu a discussão o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP), destacando que o mais importante era a lógica nacional de organização dos portos, com a criação de administrações portuárias que abarcavam todas as valências das respetivas regiões e que o processo foi interrompido antes de se chegar ao Algarve. Em seu entender, o que sobressaia era que, de todas as regiões do país, o Algarve era a que possuía a mais extensa área portuária e era a única que não tinha uma administração portuária que cobrisse todas as valências portuárias. Quanto ao investimento, os portos do Algarve, afirmou, foram postos de lado nos investimentos realizados nos últimos 10



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 201/XII/ 3.ª SL

anos. O investimento de que agora se fala é manifestamente insuficiente, referiu. Destacou ainda a evolução da valência turística, a insuficiência de investimento nesta valência, a que acrescia a necessidade de obras de infraestruturas em várias outras valências. Concluiu afirmando ser um erro não estender a lógica da administração portuária aos portos do Algarve.

6. Apreciação e votação do parecer na generalidade sobre o Projeto de Lei n.º 511/XII/3.ª (BE) – “Suspensão imediata das obras da barragem de Foz Tua”

- Relator: Deputado Bruno Coimbra (PSD)

O Senhor Deputado Bruno Coimbra (PSD) apresentou, de forma sucinta, o parecer sobre o Projeto de Lei n.º 511/XII.

A Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE) cumprimentou o relator, tendo considerado que tinha efetuado uma análise imparcial da questão.

Submetidas à votação, foram as partes I e III do parecer aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do PCP e do PEV.

7. Apreciação e votação do parecer sobre o RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO - Qualidade da gasolina e do combustível para motores diesel utilizados no transporte rodoviário na União Europeia: Décimo primeiro relatório anual (Ano de 2012) [COM(2014)127]

- Relatora: Deputada Carina Oliveira (PSD)

De seguida, a Senhora Deputada Carina Oliveira (PSD) apresentou o parecer relativo à COM(2014)127, tendo realçado a necessidade de uma apreciação mais crítica sobre as iniciativas europeias a escrutinar.

Submetido à votação, foi o parecer aprovado por unanimidade, tendo-se registado a ausência do PCP, BE e PEV.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 201/XII/ 3.ª SL

8. Apreciação e votação do parecer sobre o RELATÓRIO DA COMISSÃO AO CONSELHO EUROPEU – Relatório sobre as Barreiras ao Comércio e ao Investimento de 2014 [COM(2014)153]

- Relator: Deputado Bruno Dias (PCP)

Na impossibilidade de presença do relator desta iniciativa, o Senhor Deputado João Ramos (PCP) deu o relatório como apresentado.

Usaram da palavra os Senhores Deputados Nuno Matias (PSD) e Rui Paulo Figueiredo (PS), para referir que não partilhavam dos considerandos expressos na parte relativa à opinião do relator, mas acompanhavam o restante relatório.

Submetido à votação, foi o parecer aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

9. Apreciação e votação do parecer sobre o RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre a situação do mercado do transporte [COM(2014)222]

- Relatora: Deputada Carina Oliveira (PSD)

A Senhora Deputada Carina Oliveira (PSD) apresentou o parecer sobre a iniciativa europeia em epígrafe.

Submetido o parecer a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PCP, BE e PEV.

10. Apreciação e votação do parecer sobre a COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO CONSELHO E AO PARLAMENTO EUROPEU sobre o financiamento a longo prazo da economia europeia [*follow up* da COM(2013)150] – [COM(2014)168]

- Relator: Deputado Paulo Ribeiro de Campos (PS)



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 201/XII/ 3.ª SL

O Senhor Deputado Paulo Campos (PS) apresentou sucintamente o parecer sobre a COM(2014)168.

Submetido o parecer a votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PCP, BE e PEV.

11. Apreciação e votação do parecer sobre a COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES – Aproveitar o potencial do financiamento coletivo (*crowdfunding*) na União Europeia [COM(2014)172]

- Relator: Deputado Rui Pedro Duarte (PS)

Pelo Senhor Deputado Rui Pedro Duarte foi apresentado o parecer sobre a COM(2014)172.

Usou da palavra o Senhor Deputado Nuno Matias (PSD), para destacar a importância de se encontrarem novas alternativas ao financiamento da economia e da intervenção do ponto de vista comunitário nesta área.

Submetido à votação, o parecer foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PCP, BE e PEV.

12. Outros assuntos

O Senhor Presidente informou da baixa à Comissão, para apreciação na especialidade, das Propostas de Lei n.º 220/XII/3.ª, n.º 226/XII/3.ª e n.º “227/XII/3.ª.

Usou da palavra o Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS) para sugerir que a PPL 220/XII/3.ª fosse remetida ao Grupo de Trabalho do Setor Automóvel para apreciação, realização das audições e audiências que se considerem pertinentes e preparação do projeto de texto final e que fosse criado um grupo de trabalho



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 201/XII/ 3.ª SL

específico para o mesmo fim em relação às Propostas de Lei n.º 226/XII/3.ª e n.º 227/XII/3.ª.

Respondeu o Senhor Presidente, sugerindo que os grupos parlamentares se coordenassem primeiro em relação a essa matéria e depois apresentassem uma proposta concreta.

A reunião foi encerrada às 12:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 06 de junho de 2014.

O PRESIDENTE

(PEDRO PINTO)



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 201/XII/ 3.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adriano Rafael Moreira
Ana Paula Vitorino
Carina Oliveira
Fernando Jesus
Fernando Serrasqueiro
Helder Amaral
João Paulo Viegas
Luís Leite Ramos
Luís Vales
Mariana Mortágua
Nuno Encarnação
Nuno Filipe Matias
Nuno Serra
Odete Silva
Paulo Ribeiro de Campos
Pedro Pinto
Rui Paulo Figueiredo
Valter Ribeiro
Bruno Coimbra
Gabriel Côte-Real Goucha
João Ramos
Luís Menezes
Maria Paula Cardoso
Paulo Cavaleiro
Paulo Sá
Rui Barreto
Rui Pedro Duarte

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Bruno Dias
Eduardo Teixeira
Heloísa Apolónia
Hortense Martins
Pedro Nuno Santos

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: